

CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – CPDM

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPDM – 2025

No dia seis de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e trinta minutos, reuniu-se o Conselho do Plano Diretor Municipal, na sala de reunião do gabinete do prefeito - SEGOV, e por videoconferência utilizando o aplicativo Google Meet, por meio do link: <https://meet.google.com/kqa-cozm-dvf> às 13:30hs para a realização da 7ª reunião ordinária no ano vigente. A reunião contou com a presença da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEMDUR e Presidente do CPDM, Laryssa Viale Barone, Secretário de Plenário, Thiago Pandolfi Depizzol – SEMDUR, Secretaria Executiva, Marília Tonon Bitti – SEMDUR e dos seguintes Conselheiros: Enio Leite de Freitas – SEMDUR, Erlon Coutinho Pereira -SEMOB, Franciene de Campos Bortolini – SEMAM, Rita De Cássia Alves Moreira – SEMTUR, Zita Rosana Pancieri Marino – SEGOV, Eduardo de Almeida Ramos – SEMDE, Jaime Borlini Júnior – SEMAP, Kátia Regina Barbosa Viana – SEMSUR, Pedro Henrique de Mattos Pagani – PROGE, Marcus Vinícius Garuzzi Martinelli – CMA, Frank Graziotti Leal – SAAE, Thiago Noah Cerri Peleias – CONSPAR, Aderjânio Pedroni- CDL, José Angêlo Coutinho Devens – Segmento do Comércio, Cláudio Nunes Faria – CREA, Plínio Ângelo Broetto – Segmento Turismo, Márcia Silva Bobbio – Sindicato Rural, Layza Spinassé Tassarolo – Instituição de Ensino Superior e André Gomes Giori – Segmento da Indústria.

ITEM 1: Após verificada a existência de quórum, a Presidente do CPDM, Sra. Laryssa, cumprimentou a todos e informou que não houve ausência justificada. Foi aprovada a Ata da 3ª Reunião Extraordinária pelos conselheiros. Na sequência, a Presidente disponibilizou a lista de presença, abriu a reunião com os processos da pauta. **ITEM 2 2.1: PROCESSO: 27432/2025: RECICARBON INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.:** A Presidente passou a palavra ao relator do processo, Conselheiro Erlon Coutinho Pereira. O relator informou que o processo se trata da solicitação de Carta de Anuência para diversas atividades, principalmente relacionadas ao grupo 3, uso proibido, localizadas na Fazenda Três Irmãos de Jequitibá, na Zona Rural de Guaraná, dentro da Macrozona de Uso Sustentável 2, na Zona Rural. Informou que por não ter essas três atividades (manutenção e reparo de máquinas e equipamentos para uso geral, Instalação de máquinas e equipamentos industriais), nas atividades permitidas na carta de anuência anterior e estarem no grupo 3, e por não estar no grupo especial, não será deliberado, pois estão proibidas. A atividade de manutenção e reparo de veículos ferroviários, considerada como grupo especial, é justamente o ponto central da discussão quanto à sua aprovação neste processo. Destacou a importância dessa atividade para o setor industrial da região, apesar de rural, a área possui vocação para uso misto e sustentável, o que permitiria a atribuição dessas atividades para a região sem maiores impedimentos. O relator propõe algumas condicionantes, considera importante que sejam compartilhadas: a área onde está localizada a atividade está distante do trevo de Guaraná, que é o principal eixo logístico para o transporte da mercadoria até a sede da empresa. Diante disso, ele considerou importante que sejam apresentados aos setores competentes estudos complementares que comprovem a viabilidade ambiental e logística da atividade, tais como estudos de mobilidade, controle de ruídos e controle de resíduos, caso os membros considerem pertinente. Ressaltou ainda que, a implantação das atividades deve respeitar os parâmetros urbanísticos e ambientais aplicados à macrozona, conforme o padrão vigente e deve ser mantido o compromisso da empresa em não ampliar o escopo das atividades classificadas como uso proibido, além das já autorizadas pela carta de anuência anterior. Recomendou ainda que a municipalidade acompanhe, por meio de fiscalização periódica, o cumprimento dos critérios urbanísticos e ambientais pactuados. Aderjânio (CDL) informou que conhece a área e esclareceu que a instalação da empresa no local foi uma determinação do IEMA, escolhida por não possuir nascentes nem áreas ambientalmente sensíveis, buscando minimizar impactos ambientais. Explicou também que, devido à distância, o empreendedor precisa realizar





CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – CPDM

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPDM – 2025

manutenção dos maquinários no próprio local, e ressaltou a boa relação com a vizinhança, resultado do trabalho desenvolvido ali. O relator continua mencionando que a empresa utiliza dormentes para comercialização por meio da queima e transformação em carvão. Mais recentemente, passou também a comercializar a parte metálica dos trilhos, reciclando esse material para fins energéticos. A iniciativa é vista de forma positiva. Embora parecesse que o empreendedor tivesse escolhido a área por conta própria, foi o IEMA que direcionou a instalação ali, o que acabou dificultando a logística, já que a empresa está a 100 km de Vitória, seu principal mercado. Por fim, o relator destaca algumas condicionantes importantes que devem ser consideradas antes da aprovação do projeto. Rita - SEMTUR comentou que, ao analisar o processo, identificou a emissão de duas cartas de anuência, uma em 2016 e outra em 2021. Mencionou que, como a atividade permanece a mesma, é provável que os maquinários e operações já estivessem em funcionamento desde aquele período. Eduardo – SEMDE, reforçou que o projeto foi direcionado para a fazenda atual por indicação, considerando que a região oferecia melhores condições de licenciamento para o tipo de atividade exercida. Confirmou que a atividade já vinha sendo realizada desde o início, independentemente da formalização comercial. Comentou ainda que, por exigências da Receita Federal ou de empresas parceiras, houve necessidade de atualizar e detalhar os códigos CNAE ao longo do tempo, especialmente com as mudanças tributárias em curso e pesar dessas atualizações, a atividade empresarial permanece a mesma — com a única novidade sendo a comercialização do metal, incorporada posteriormente. Por fim, destacou que o uso do número do CNAE, em vez do nome da atividade, ajuda a evitar confusões em interpretações futuras. Francine – SEMAM, comentou que, em análise as atividades do grupo especial, a decisão de autorizar a atividade ficou a critério dos membros e não houve impedimento identificado. Informou que concorda com a colocação da Conselheira Ritinha, destacando que, se foi permitida a manutenção de veículos rodoviários, a manutenção de máquinas e equipamentos também deveria ser aceita, principalmente considerando a necessidade logística do empreendedor. Ressaltou ainda que a oficina está localizada fora de área urbana e, portanto, não apresenta riscos ambientais significativos, por isso, não vê impedimentos para a autorização da atividade. Enio – SEMDUR, informou que a empresa Recicarbon tem o cuidado de escoar seus produtos em horários que minimizam impactos na vizinhança, e que os ruídos da operação são perceptíveis apenas nas proximidades da área. Explicou que a manutenção das máquinas já vinha sendo realizada no local de forma informal, com visitas de mecânicos, e que agora é necessário incluir oficialmente essa atividade no imóvel autorizado, já que é o único local permitido para tratar madeiras com produtos químicos. Destacou ainda que a empresa é rigorosamente fiscalizada por órgãos como o IEMA e o IBAMA, e só pode operar dentro das normas. Por fim, elogiou a gestão ambiental da Recicarbon, observando que geram pouquíssimos resíduos e reaproveitam praticamente tudo, inclusive as cinzas. A Presidente destacou que, quanto à atividade classificada como proibida pelo Plano Diretor, não é possível flexibilizar, pois a lei não permite. Informou que a deliberação do momento deve se restringir às atividades toleradas, conforme o parecer do relator, que ela considerou pertinente. Ressaltou que, embora a empresa pareça ambientalmente responsável, qualquer tentativa de reenquadramento da atividade proibida deve ser feita por meio de outro processo específico, com análise detalhada pelo conselho. Concluiu reforçando que, neste momento, a decisão deve ser a deliberação sobre o parecer apresentado. Aderjânio sugeriu que não sejam incluídas novas condicionantes além das já existentes, para evitar duplicidade de exigências e confusão quanto à fiscalização. Ressaltou que o empreendedor já é amplamente cobrado, especialmente por multinacionais como a Vale, que impõem rígidos padrões ESG e ambientais.



15
16
17
18
19
20
21



CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – CPDM

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPDM – 2025

87 Destaca que muitas das ações que ele realiza não são apenas por exigência do IEMA, mas também
88 devido à pressão dessas empresas. A Presidente concordou parcialmente com Conselheiro Aderjânio,
89 destacando que a condicionante nº 2 pode gerar interpretações equivocadas, como se exigisse a
90 apresentação de estudos no momento da carta de anuência. No entanto, lembrou que,
91 independentemente disso, essas obrigações já são legais e fiscalizadas pelo município. Por isso, sugeriu
92 aprovar o parecer do relator mantendo apenas as condicionantes nº 1 e nº 3. Na sequência, foram
93 apresentadas duas propostas para votação: Proposta 1: manter o parecer original do relator com todas
94 as condicionantes; Proposta 2: seguir a sugestão da Presidente Laryssa em aprovar o parecer com
95 apenas as condicionantes 1 e 3. A Proposta 2 foi aprovada pelos conselheiros por unanimidade. Com
96 isso, encerramos a análise dos processos da ordem do dia. **ASSUNTOS DE INTERESSES GERAIS:** A
97 Presidente abriu para assuntos de interesse gerais aos que quiserem falar. Aderjânio relatou
98 dificuldades para acessar a audiência pública sobre a PPP dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de
99 Resíduos Sólidos, possivelmente por erro no link, a presidente informou que a gravação está disponível
100 no YouTube da Prefeitura. A Presidente Laryssa, retomou o assunto sobre o processo do
101 empreendimento Aldeia Aracruz, um loteamento em fase final de aprovação no bairro Itaputera. O
102 projeto já passou anteriormente pelo Conselho do PDM. Informou que existe uma comissão de
103 Discussão de Condicionante formada por Zita, Plínio, Jaime e André. Informou ainda que essa semana,
104 será feito contato com os membros da comissão para agendar uma reunião, com o objetivo de
105 retomar o entendimento do processo e definir os condicionantes finais. Destacou que o licenciamento
106 ambiental já foi avançado, e atualmente o processo está parado no SEMDUR, a intenção é agilizar a
107 finalização junto ao empreendedor. A Presidente Laryssa informou que a SEMDUR já está trabalhando
108 há alguns meses na elaboração do cronograma para a revisão do Plano Diretor de Aracruz, cuja última
109 versão, aprovada em agosto de 2020 durante a pandemia, teve baixa participação popular e técnica. A
110 revisão é obrigatória a cada cinco anos, devendo ocorrer em 2025. A equipe técnica identificou
111 diversos pontos críticos, como problemas de índices, zoneamentos, diretrizes de crescimento,
112 desburocratização e falta de clareza nas regras, que dificultam a aplicação tanto para o poder público
113 quanto para empreendedores. Ressaltou a urgência da revisão para garantir mais eficiência, clareza e
114 qualidade de vida no município. Informou que foram definidos eixos temáticos para a revisão sendo:
115 uso e ocupação do solo, mobilidade, meio ambiente, habitação e desenvolvimento econômico.
116 Destacou ainda que, apesar do potencial de Aracruz para atrair boas empresas, as restrições legais
117 atuais impedem a vinda de empreendimentos qualificados que poderiam gerar empregos e
118 arrecadação. Informou que o PDM de 2020 praticamente substituiu o plano de 2008, mas foi
119 elaborado em um momento crítico, o que comprometeu o diálogo com a população, e essa falta de
120 participação popular no processo anterior foi apontada como uma das principais falhas a serem
121 corrigidas nesta nova revisão. Informou ainda que a gestão atual está priorizando uma revisão do
122 Plano Diretor de Aracruz de forma participativa, com um cronograma de reuniões nos bairros para
123 ouvir moradores, entidades, sindicatos e outros representantes da sociedade civil, sem preconceitos.
124 Destacou que o objetivo é garantir que o novo plano atenda às exigências técnicas e legais, mas
125 também reflita as reais necessidades da população, reconhecendo as particularidades de cada bairro,
126 após essa escuta, os dados serão analisados para embasar o planejamento. Destacou ainda que o
127 Conselho do Plano Diretor tem o papel fundamental de acompanhar a revisão, podendo propor
128 alterações e participar das escutas públicas. Para isso, está sendo formado um grupo de trabalho
129 interno da Prefeitura, que atuará junto com a comunidade e os segmentos da sociedade nesse



22
23
24
25
26
27
28



CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – CPDM

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPDM – 2025

processo participativo. Informou que para acompanhar mais de perto o processo de revisão do Plano Diretor, será necessário indicar dois representantes do Conselho. Informou ainda que a preferência é que esses representantes sejam da sociedade civil, e não do poder público, para garantir pluralidade nas discussões, e que a participação no grupo de trabalho é voluntária, e entende-se que os conselheiros têm seus compromissos profissionais, no entanto, espera-se que, dentro das possibilidades, participem presencialmente das reuniões. Destacou que os nomes dos representantes serão registrados oficialmente, com publicação de portaria do prefeito, reforçando a importância e a formalização da participação no processo de revisão do Plano Diretor. O conselheiro André já se colocou à disposição para participar. Ritinha – SEMTUR, destacou dois pontos importantes, desde os primeiros planos diretores, o município enfrenta dificuldades em definir claramente o que é considerado patrimônio tombado. Destacou que essa indefinição gera insegurança sobre o que pode ou não ser modificado, reformado ou reparado. Destacou ainda que Secretaria de Turismo já encaminhou um processo com algumas sugestões para revisão do PDM. Zita - SEGOV, expressou preocupação com a compatibilidade entre o Plano Diretor Municipal (PDM) e os códigos complementares, como os de meio ambiente e obras. Relembrou que, na primeira versão do PDM, todos os códigos foram acoplados ao plano justamente para evitar conflitos normativos entre as secretarias, que acabavam prejudicando empresários ao gerar atrasos e confusão nos processos. A Presidente destacou que o Plano Diretor deve conter diretrizes essenciais sobre uso e ocupação do solo, servindo como instrumento de orientação, e não como repositório de detalhes técnicos e procedimentais. Informou que as questões como modelo de parcelamento, zoneamento, procedimentos e tramitação de projetos devem ser tratadas em legislações específicas ou por decretos, e não dentro do próprio plano. Destacou que o excesso de detalhes desnecessários na versão atual do Plano Diretor, gera contradições entre artigos, tabelas e observações, causando confusão e insegurança jurídica. Informou que a proposta é simplificar e tornar a legislação mais objetiva, o que beneficia tanto os empreendedores quanto os técnicos da prefeitura, ao evitar interpretações ambíguas. André – AMEAR, manifestou apoio ao formato adotado para a revisão do Plano Diretor de Aracruz, destacando sua adequação às particularidades e transformações locais. Citou como exemplo negativo o caso de Jaguaré (ES), onde a contratação de uma empresa externa resultou em um Plano Diretor desconectado da realidade do município, prejudicando sua aplicação prática. Em seguida, André anunciou a criação da Associação dos Construtores de Aracruz, composta por cerca de 20 construtores ativos no mercado imobiliário local. Ele ressaltou a importância da entidade como parte interessada (stakeholder) na discussão do Plano Diretor — tanto para apresentar as demandas do setor quanto para promover melhorias nos projetos e agilizar os processos, sempre respeitando a legislação. Solicitou formalmente que a associação tenha uma cadeira representativa no Conselho do Plano Diretor ou, ao menos, que seja reconhecida oficialmente como stakeholder no processo de revisão. A presidente Laryssa convidou os participantes a contribuírem com sugestões para a revisão do Plano Diretor. Aderjânio (CDL) elogiou a criação da Associação dos Construtores e ressaltou a importância de incluir o setor empresarial na revisão do Plano Diretor. Destacou que Aracruz concorre por investimentos com municípios como Linhares, São Mateus e Serra, sendo essencial comparar parâmetros urbanísticos, tributários e ambientais. Criticou exigências excessivas do EIV, que têm gerado insatisfação entre empresários, e propôs levantar 6 a 7 tópicos de melhorias para tornar a cidade mais atrativa a novos projetos. Colocou-se à disposição para contribuir com o processo. A Presidente Laryssa reforçou que haverá reuniões específicas com setores estratégicos, como



29
30
31
32
33
34
35



CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – CPDM

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPDM – 2025

construção civil, empresarial, arquitetos e engenheiros, para garantir uma revisão participativa e adequada à realidade local. Cláudio – CREA, pediu a palavra para questionar sobre o retorno da fiscalização em uma construção no bairro Jardins, localizada em uma esquina com calçada muito íngreme. Ele queria saber se houve algum posicionamento da fiscalização quanto à situação. A Presidente informou que a fiscalização foi acionada e esta trabalhando internamente. Rita – SEMTUR, informou que a Secretaria de Turismo representará Aracruz no evento na Fazenda Pindobas, em Venda Nova do Imigrante, no dia 14 de agosto. Também destacou ações do projeto OLA, anunciando a elaboração de dois decretos para organizar a próxima temporada de verão: um sobre o uso de mobiliário de praia (como cadeiras, espreguiçadeiras e sombrinhas) e outro sobre atividades náuticas comerciais (como stand-up paddle, caiaque e banana boat), com o objetivo de padronizar e agilizar os processos, evitando o acúmulo de demandas no fim do ano. Não tendo mais assunto a ser tratado a presidente encerra a reunião, da qual é lavrada a presente ata, assinada por mim, secretário de plenário, Thiago Pandolfi Depizzol e demais conselheiros.

Aracruz, 06 de agosto de 2025

Assinaturas:

Laryssa Viale Barone - SEMDUR
Thiago Pandolfi Depizzol – SEMDUR,
Marília Tonon Bitti – SEMDUR
Enio Leite de Freitas – SEMDUR,
Erlon Coutinho Pereira -SEMOB,
Franciene de Campos Bortolini – SEMAM,
Rita De Cássia Alves Moreira – SEMTUR,
Zita Rosana Pancieri Marino – SEGOV,
Eduardo de Almeida Ramos – SEMDE,
Jaime Borlini Júnior – SEMAP,
Kátia Regina Barbosa Viana – SEMSUR,
Pedro Henrique de Mattos Pagani – PROGE,
Marcus Vinícius Garuzzi Martinelli – CMA,
Frank Graziotti Leal – SAAE,
Thiago Noah Cerri Peleias – CONSPAR,
Aderjânio Pedroni- CDL,
José Angêlo Coutinho Devens – Segmento do Comércio,
Cláudio Nunes Faria – CREA,
Plínio Angelo Broetto – Segmento Turismo,
Márcia Silva Bobbio – Sindicato Rural,
Layza Spinassé Tassarolo – Instituição de Ensino Superior,
André Gomes Giori – Segmento da Indústria.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3800320030003600320034003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **MARILIA TONON BITTI** em 19/08/2025 14:20

Checksum: **5FDACD4CC079AC51235EE0FC591C120DBBEB189ACE831D08074CC0ABDD00AD78**

Assinado eletronicamente por **THIAGO PANDOLFI DEPIZZOL** em 19/08/2025 14:22

Checksum: **683198002AC76C180E6D26C005A7C9C62B6A149EB4B2272DDACD4F87753CFD4B**

Assinado eletronicamente por **Rita de Cassia Alves Moreira** em 19/08/2025 14:30

Checksum: **045763DDF59B0AA99F4B5D430790CEFEEC1DF12A697B8CBF6CCF92992E87CD2B**

Assinado eletronicamente por **KATIA REGINA BARBOSA VIANA** em 19/08/2025 14:31

Checksum: **012D9DEC80AD39A205577BAD9D6C90D58D4CE8CF9A843F077F3FFB07AD2B7C40**

Assinado eletronicamente por **FRANK GRAZZIOTTI LEAL** em 19/08/2025 14:32

Checksum: **F4723AE3C0D403986D8272D371F04D9051C85EF95DF8ACE910AE7C1ED6B6F4F1**

Assinado eletronicamente por **ZITA ROSANA PANCIERI MARINO** em 19/08/2025 14:45

Checksum: **531BB8F3B4625F1D38080FCC939442078B68B0D870311A9994D5724C2F4B0C05**

Assinado eletronicamente por **ENIO LEITE DE FREITAS** em 19/08/2025 14:50

Checksum: **6244485FBA69A6E64161571035FC568590F45F8018A8B1B839E1CF140052A698**

Assinado eletronicamente por **MARCIA SILVA BOBBIO** em 19/08/2025 14:51

Checksum: **335BEF1B442D4EC418D2320049E6D3E2E3A40E0ACC35A7AB7F7D794A16B88774**

Assinado eletronicamente por **MARCUS VINICIUS GARUZZI MARTINELLI** em 19/08/2025 15:04

Checksum: **4031414EED12564DA851123F6F743FFABF41A609E993432D6FA52EBCDFD83D5D**

Assinado eletronicamente por **Laryssa Viale Baroni** em 19/08/2025 15:23

Checksum: **E6D8C9C2A486DBA54AFF184954537F038B62FE6B773E069F4C6F3E62B3F2289**

Assinado eletronicamente por **PLINIO ANGELO BROETTO** em 19/08/2025 15:27

Checksum: **989F3107D0445A7D1C679A6D8D306D770A6EDC40636848140673B7E674249C1A**

Assinado eletronicamente por **PEDRO HENRIQUE DE MATTOS PAGANI** em 19/08/2025 16:34

Checksum: **7CA0D31612B6F9560D520DA0C243E85DD95AEDB022293C62F394EBA4454549ED**

Assinado eletronicamente por **ADERJANIO PEDRONI** em 19/08/2025 16:56

Checksum: **8E4F16A66461D7CB8A3D73010FA9E68833CF2FC734B0F1A2C71E5725E8C5FB85**

Assinado eletronicamente por **FRANCIENE DE CAMPOS BORTOLINI** em 20/08/2025 16:08

Checksum: **560B22A7D4AC8C09D65FD4B10B755F9595D1E36940E0C273CFC7E12304D19E7**

Assinado eletronicamente por **EDUARDO DE ALMEIDA RAMOS** em 20/08/2025 17:51

Checksum: **FDB7F74438795F48EBA3FCDA5216AB810544881424C646701463131A1CB514C0**



Autenticar documento em <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 3800320030003600320034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3800320030003600320034003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **ANDRE GOMES GIORI** em 21/08/2025 17:42

Checksum: **C3F3C5C1664ED04BDEC03AA50240B3D7DF6B7B01AE82CF4E0FDDAD957FD07CA9**

Assinado eletronicamente por **Thiago Noah Cerri Peleias** em 21/08/2025 17:44

Checksum: **F0044A6A76198B50ECDE81F5918092F40821093F602E0D5228D5C23EE981FCD2**

Assinado eletronicamente por **Laysa Spinassé Tessaolo** em 21/08/2025 17:45

Checksum: **DE61261B968E2511D43B1928F841C7486DCA660A2B9845243A12EC99966E743E**

Assinado eletronicamente por **ERLON COUTINHO PEREIRA** em 21/08/2025 17:45

Checksum: **7DE0B7C619985296F68C18F16F5345F5C90128E81B8F7668EC0EA0D176596864**

Assinado eletronicamente por **JAIME BORLINI JUNIOR** em 21/08/2025 17:47

Checksum: **EF8F0DF67120B93E8FC935F84A82FEED734F5E093C3162D21F6C6D744CF31DCC**

Assinado eletronicamente por **José Ângelo Coutinho Devens** em 21/08/2025 19:04

Checksum: **E5089B2EA5771307ABB44B85B64F7BBF08643714B21D4ADEE503E118D2ED9922**

Assinado eletronicamente por **CLAUDIO NUNES FARIA** em 28/08/2025 09:29

Checksum: **E87784D7CC9881BBE37E27931E33B7D6C8BCBD0E70E813EE64EA2E60B14456AE**

